

Regulamentos

8. Terceira Alteração ao Regulamento de Apoio à Habitação do Município de Braga - Início do procedimento

Submete-se, à consideração do Executivo Municipal a aprovação do início do procedimento da Terceira Alteração ao Regulamento de Apoio à Habitação do Município de Braga, nos termos do disposto no artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo. Tudo de acordo com os documentos que fazem parte do processo.

Assunto: Terceira Alteração ao Regulamento de Apoio à Habitação do Município de Braga - início do procedimento

I. PROPOSTA

Pelo Sr. Vereador, Dr. João Rodrigues, com a área de responsabilidade da habitação, foi proposta a revisão do Regulamento de Apoio à Habitação do Município de Braga, com base nos seguintes fundamentos:

1. A Assembleia Municipal de Braga, em sessão extraordinária realizada no dia 10 de março de 2023, sob proposta da Câmara Municipal de 06 de março de 2023, deliberou aprovar o Regulamento de Apoio Extraordinário à Prestação Bancária Para Habitação Própria e Permanente.
2. A elevada procura por este apoio levou a Assembleia Municipal de Braga, em sessão extraordinária realizada no dia 27 de dezembro de 2023, sob proposta da Câmara Municipal de 28 de novembro de 2023, a deliberar pela aprovação da Primeira Alteração ao Regulamento de Apoio Extraordinário à Prestação Bancária Para Habitação Própria e Permanente que estendeu o período de candidaturas a este regime de apoio até ao final do ano civil de 2024.
3. Prevendo-se que as dificuldades de acesso ao mercado de habitação perdurem para além deste período, e pela necessidade de continuar a apoiar as famílias que se deparam com elevadas taxas de esforços, considera-se que o Regime de Apoio Direto ao Empréstimo deverá ter um caráter permanente, semelhante ao Regime de Apoio Direto ao Arrendamento quanto à natureza, finalidade e requisitos de elegibilidade, com as devidas adaptações, entendendo-se que se justifica a sua inclusão no Regulamento de Apoio à Habitação do Município de Braga, garantindo um maior alinhamento com os restantes regimes de apoio e uma maior justiça à atribuição de apoios habitacionais.
4. De igual forma, são alteradas outras disposições do Regulamento de Apoio à Habitação do Município de Braga que decorrem da experiência recente de aplicação do mesmo e também concorrem para o objetivo de garantir maior justiça na atribuição de apoios.
5. Quanto à ponderação dos custos e benefícios das alterações projetadas, nos termos do disposto no artigo 99.º do CPA, estima-se que os benefícios se revelem superiores aos custos implicados, pois é expectável que, com a implementação permanente deste regime, se garanta o apoio à situação de efetiva carência habitacional do território municipal.

II. ANÁLISE

Verifica-se que na proposta remetida a esta DAAJ está devidamente fundamentada a necessidade de adaptar o seu regulamento municipal às sobreditas alterações e que o Município está legalmente habilitado a regulamentar, ao abrigo do disposto no artigo 241.º da CRP e do disposto nas alíneas h) e i), do n.º 2, do artigo 23.º, na alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º e alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Assim, propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar o início do procedimento da Terceira Alteração ao Regulamento de Apoio à Habitação do Município de Braga, que deverá, depois, ser publicitado na Internet, no sítio institucional da CMB, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 98.º do CPA.

Ressalva-se, ainda, que, após aprovação do início do procedimento, a proposta de versão consolidada está condicionada a uma melhor análise pela DAAJ, a submeter aquando do período de consulta pública, nos termos do artigo 101.º, do CPA.